

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Da exploração em terra às águas profundas	2
Título: Candeias, uma cidade em segundo plano	3
Título: Na esteira da saída da Petrobras	4
Título: Do monopólio à busca por parcerias	5
Título: Lava-jato, a maior crise da história da Petrobras	8
Título: Leilão na mira de empresas e estados.....	9
Título: O futuro não será só do petróleo	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Mensagem Argentina.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Aquecimento global e desinformação	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Carregador sob medida.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico.....	18
Título: As obsessões de Davos com clima	18
Título: Petrobras terá ano de definições.....	20
Título: Na pauta da estatal, e sob pressão do Cade, abertura do refino pode avançar	22
Título: Bom momento das elétricas impulsiona ações	24
Título: ArcelorMittal vai usar água dessalinizada	26
Título: Venda de negócio nos EUA rende R\$ 500 mi à Votorantim	28

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/01/2019****Seção: Especial****Autor:****Título: Da exploração em terra às águas profundas**

SETOR DE ÓLEO E GÁS começa a superar crise e concentra apostas no megaleilão do pré-sal

Nos 80 anos da descoberta de petróleo no país, que foi num poço em terra, em Lobato, bairro na periferia de Salvador, a indústria de óleo e gás volta hoje suas atenções para o desafio de alavancar a produção nas águas profundas do pré-sal. Em fase de recuperação, a cadeia do setor mergulhou em grave crise depois que vieram à tona, em 2014, os escândalos de corrupção na Petrobras revelados pela Operação Lava-Jato.

A turbulência teve forte impacto na economia, com corte de vagas, cancelamento de encomendas e negócios fechados. Para cidades dependentes da indústria, restou a lição de que a receita gerada por royalties e participações especiais deve ser usada para diversificar as atividades econômicas e contribuir para o bem-estar social. Para a Petrobras, o caminho a partir da crise foi rever seu modelo de atuação.

A estatal passou a priorizar atividades estratégicas e apostar em parcerias para fazer frente ao desafio tecnológico e financeiro de explorar petróleo a mais de 300 quilômetros da costa. Neste cenário, a companhia começou a se desfazer de projetos que não fazem mais sentido economicamente, como campos de petróleo em terra. É com estas áreas que o setor espera fortalecer o mercado de pequenas e médias empresas. Para as gigantes, todas as atenções este ano estão voltadas para o megaleilão do pré-sal, com perspectiva de arrecadar até R\$ 100 bilhões.

E não são só as petroleiras que estão de olho. Diante da crise fiscal, os estados pleiteiam parte das receitas para ajudar a colocar as contas em ordem. Mesmo com um volume de produção no pré-sal muito superior ao que se registrava até então, as empresas já começam a se preparar para um futuro em que o petróleo não será o único protagonista. As petroleiras querem ser percebidas como empresas de energia. Para manter sua relevância nas próximas décadas e atrair novas fontes de receitas, já iniciam uma transição para um novo cenário no qual fontes como eólica e solar terão mais espaço.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/01/2019****Seção: Especial****Autor:****Título: Candeias, uma cidade em segundo plano**

Primeira produção comercial no país começou no município, mas região perdeu relevância e sofre com problemas sociais

A pequena Candeias, a quase 50km de Salvador, foi o local da primeira área a produzir petróleo comercialmente, em 1941. O desenvolvimento da região deu lugar à construção da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), a primeira do país, inaugurada em 1950. Mas a economia perdeu fôlego após a descoberta de óleo na Bacia de Campos, no fim dos anos 1970, o que contribuiu para que a produção em terra ficasse em segundo plano.

O poço número um de Candeias fica dentro de uma instalação da Petrobras, fechada ao público. Hoje, a maior parte da população trabalha para a refinaria, no polo de Camaçari ou no comércio. Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (Abpip), dos 250 poços perfurados na cidade, apenas 50 têm produção efetiva, de onde saem 500 barris por dia.

Em 1958, o volume diário era de 17 mil barris. Quem chega à cidade percebe as marcas de crise. Ao longo da BA-522, é possível notar, ao lado de engenhos construídos no século retrasado, várias empresas fechadas, que antes atuavam como fornecedoras para a indústria de óleo e gás. —Aqui, o petróleo não deixou riqueza — resumiu um dos moradores de Candeias.

Para José Granja, a situação da cidade não é compatível com os royalties que recebe, de R\$ 19,2 milhões em 2018. Ele trabalhava na Rlam, mas agora vive de bicos: —É preciso mais investimento, mas a crise chegou para todo mundo, para a gente e para a Petrobras. Segundo Anabal Santos, secretário executivo da Abpip, a situação só mudará quando a Petrobras se desfizer de seus campos em terra, que se tornaram menos atraentes para a companhia com o volume maior de produção em águas profundas, principalmente do pré-sal.

Na Bahia, há seis mil poços em terra, dos quais apenas 1.500 estão em produção: —Não há mais indústria nacional que fabrique equipamentos para a produção em terra. Com a queda dos últimos anos, muitos fornecedores fecharam as portas. Paulo Guimarães, superintendente de Desenvolvimento Econômico da Bahia, diz que a produção do estado chegou a 180 mil barris por dia em 1960, mas hoje o volume está na faixa de 30 mil. Segundo ele, a cada dez

mil barris que deixam de ser produzidos, 23 mil vagas, entre diretas e indiretas, são extintas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/01/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Na esteira da saída da Petrobras

Empresas privadas começam a avançar na exploração de petróleo em terra. Desenvolvimento do setor a longo prazo, porém, depende da devolução de mais áreas, que ainda estão nas mãos da estatal

No Recôncavo Baiano, Mata de São João e Catu, ambas na Região Metropolitana de Salvador, já atraem empresas privadas para explorar petróleo em terra. O sucesso da empreitada, segundo analistas, depende da devolução de áreas que ainda estão nas mãos da Petrobras e que a própria companhia já faz planos de vender. Em Catu, centenas de poços da petroleira estão parados há décadas.

Após cobrança da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a estatal apresentou plano no qual pretende se desfazer de 177 campos no país, entre poços em terra e em águas profundas, de um total de 254. O prazo está em negociação com a agência. —Queremos que a Petrobras invista se quiser continuar. Caso contrário, devolva para que outros possam investir.

O foco da Petrobras está no pré-sal. A retomada da exploração em terra passa pela substituição do monopólio por uma indústria petrolífera. Queremos um grande número de pequenas e médias empresas —disse Décio Oddone, diretor-geral da ANP. PetroReconcavo, Alvopetro, Imetame, Geopark e Unigel são algumas das companhias com planos de ampliar negócios pelo interior. Caso os projetos, de fato, saiam do papel, podem contribuir para reduzir o número de desempregados na Região Metropolitana de Salvador, de 513 mil pessoas, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

—Mata de São João já foi uma cidade petroleira lá pela década de 1960. Mas, com os anos, o petróleo foi perdendo espaço, e a cidade foi se degradando. Hoje, com a iniciativa privada, o setor é responsável por novo vigor econômico. Olhamos também o gás como foco de crescimento, já que ele está no campo de petróleo —disse o prefeito de Mata de São João, Marcelo Oliveira (PSDB), lembrando que o setor responde por 6% do orçamento do município, entre royalties e geração de impostos.

DE OLHO EM OPORTUNIDADES

A PetroReconcavo, que opera 330 poços em campos na Bahia, incluindo alguns em Mata de São João, tem equipe deslocada para analisar oportunidades desde que a Petrobras iniciou o projeto de venda de ativos em terra. Com 300 funcionários e uma produção de cinco mil barris por dia, a empresa planeja perfurar oito novos poços este ano e investir R\$ 70 milhões. —Dependemos de a Petrobras avançar com seu projeto de venda de campos em terra. Estamos investindo em uma sala digital com possibilidade de controlar os poços de forma remota— afirmou o presidente da companhia, Marcelo Campos Magalhães.

Roberto Flamenghi, diretor da Unigel, que tem unidade petroquímica em Camaçari, nos arredores, pretende ampliar a produção, mas depende de mais campos com produção de petróleo e gás: —Não adianta demorar e entregar à ANP uma terra arrasada, como em Lobato. O prefeito de Catu, Geranilson Dantas Requião (PT), lembra que a estatal chegou a ter dois mil funcionários no auge da produção, mas o cenário mudou. Há oito anos, o setor de petróleo era responsável por 50% da arrecadação. Hoje, esse número é de 18%. — É preciso alternativas para que outras companhias venham para cá. Em leilões feitos pela ANP, muitas empresas compraram áreas para explorar. Ainda há muitos poços parados —disse.

Há três anos, a Petrobras anunciou a intenção de vender as áreas em terra, mas o negócio não se concretizou. Em dezembro, a ANP cobrou solução para o caso. Procurada, a estatal afirmou que pretende se desfazer de 70% das concessões em terra e em águas rasas e que segue as regras do Tribunal de Contas da União (TCU). A empresa tem campos em terra na região da Amazônia e nos estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/01/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Do monopólio à busca por parcerias

Do "petróleo é nosso" à abertura do setor, país já teve várias disputas entre "nacionalistas" e "entreguistas"

Dois anos antes de as manchetes dos jornais estamparem em letras garrafais a descoberta do "ouro negro" em Lobato, na Bahia, jorrou petróleo no Sítio do Pica-Pau Amarelo. "O Poço do Visconde", de Monteiro Lobato, lançado em 1937 —ano em que Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo no país —é o popular testemunho da luta do criador do sítio mais famoso do país para provar a existência de petróleo no Brasil.

Na trama, o Visconde de Sabugosa descobre um livro de geologia na biblioteca de Dona Benta e começa a dar aulas aos moradores. Eles decidem furar um poço e descobrem petróleo, inaugurando uma nova era, em que não existiriam mais brasileiros "descalços, analfabetos, andrajosos, na miséria". A realidade foi menos rósea. No calor da derrota do nazismo na II Guerra Mundial e do fim da ditadura de Vargas, em 1947, a campanha "O petróleo é nosso" deixou marcas na sociedade brasileira e colocou em lados opostos os setores liberais, descritos como "entreguistas", e os considerados "nacionalistas", a favor do monopólio estatal.

A campanha ganhou as ruas e conseguiu transformar o petróleo em tema popular, aponto de eleger uma rainha do petróleo brasileiro: a jornalista e escritora Petronilha Pimentel, coroada da mesma forma que misses e rainhas do rádio. A campanha está diretamente vinculada à criação da Petrobras, em 1953. Em pronunciamento no rádio, Vargas definiu a fundação da companhia como "novo marco da nossa independência econômica".

CONTRATOS DE RISCO

Na história da indústria do petróleo no país, versões do embate entre "nacionalistas" e "entreguistas" foram recorrentes. Durante o regime militar, o discurso em prol do monopólio da Petrobras levou larga vantagem, principalmente a partir dos anos 1970, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) demonstrou sua capacidade de tornar o mundo refém da manipulação dos preços, com os choques do petróleo, em 1973 e 1979.

Mesmo antes do fim do monopólio do petróleo, o Brasil já havia tentado atrair outras empresas para investirem na exploração e produção da commodity, em associação com a Petrobras. Em 1975, o presidente Ernesto Geisel criou os chamados contratos de risco. A preocupação era buscar mais fontes de energia devido aos problemas financeiros. Na ocasião, a estatal produzia 169 mil barris por dia, e o Brasil importava um milhão de barris diários. No período em que esta política vigorou, de 1975 a 1988, foram celebrados 243 acordos com as 35 maiores empresas estrangeiras.

A única descoberta comercial feita no período foi o campo de gás de Merluza, na Bacia de Santos, em 1979, pela Pecten, que era subsidiária da Shell. A Petrobras ampliou a pesquisa sobre a existência de petróleo no mar, e desenvolveu a tecnologia de exploração em águas profundas. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a aprovação da emenda constitucional que quebrou o monopólio da Petrobras foi precedida por debates inflamados no Congresso Nacional.

Mas os contornos da polêmica já eram mais tênues. A dois dias da votação da emenda, o GLOBO publicou reportagem que mostrava o apoio à quebra do monopólio de nomes como Alberto Goldman (PMDB-SP), Roberto Freire (PPS-PE) e Fernando Gabeira (PV-RJ), todos com origem política de esquerda. Freire resumiu na época seu pensamento, que hoje volta a dominar o discurso do governo e da própria estatal:

—Sem o monopólio da Petrobras, o Brasil não seria o que é hoje. Mas seria um contrassenso mantermos a mesma posição no mundo atual. A lei 9.478, de 1997, marca o fim do monopólio estatal. Em 1995, antes da abertura do mercado, o Brasil produzia 832 mil barris por dia. Dez anos depois, em 2005, a produção saltou para 2,216 milhões de barris diários. Em 2015, eram 2,786 milhões de barris por dia.

A visão pró-mercado prevaleceu até a descoberta do pré-sal, quando o governo Lula decidiu reavaliar o marco regulatório da exploração. Foi adotado então, para o pré-sal, o regime de partilha, pelo qual a União detém parte da produção de petróleo. E a Petrobras ganhou papel de operadora única, com participação mínima de 30% em todos os blocos de exploração localizados em áreas estratégicas, criando polêmica comparável à dos tempos da Campanha do Petróleo. Os leilões só foram retomados em 2013. A expertise da Petrobras em águas profundas foi fundamental para vencer o desafio tecnológico da extração de petróleo no pré-sal.

Mas persistiu a divergência principal sobre o modelo regulatório, principalmente no que diz respeito ao papel da companhia. E começou o movimento de volta a um modelo no qual a empresa concentra-se em atividades estratégicas, construindo parcerias e deixando as demais opções ao mercado.

ESTÍMULO À COMPETIÇÃO

Em 2016, tramitou no Congresso projeto que revogava a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo do pré-sal. A lei entrou em vigor no fim de 2016, já no governo Michel Temer. Nos últimos dois anos, foi empreendida grande mudança regulatória, na qual se destacam, além do fim da figura da operadora única, alterações nas regras de conteúdo local. Para Fernanda Delgado, coordenadora de Pesquisa da FGV energia, o pré-sal levou o Brasil ao rol dos grandes players, e era preciso sinalizar a opção por um arcabouço regulatório organizado em prol do mercado aberto, com oportunidades de parcerias vantajosas para todos. O calendário de leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) também é considerado fator fundamental para atrair investimentos.

Desde 2013, quando os leilões foram retomados, 27 empresas estrearam nas rodadas de concessão, sendo 11 estrangeiras, de oito países. Desde a quebra do monopólio da Petrobras, o desafio é estabelecer condições reais de competição. Existem, hoje, 98 companhias com contratos de exploração e produção de petróleo no país. Metade tem capital de origem estrangeira. Mas o Brasil (leia-se Petrobras) responde por 78% da produção, o Reino Unido, por cerca de 12%. Os outros 14 países dividem os restantes 10%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/01/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Lava-jato, a maior crise da história da Petrobras

Impacto na economia fluminense trouxe à tona debate sobre uso adequado de royalties

Um amplo esquema de corrupção que envolvia empreiteiras, funcionários da Petrobras, operadores financeiros e agentes políticos foi revelado em 2014, com a Operação Lava-Jato. A estatal contratava empreiteiras em licitações fraudadas. As empresas combinavam entre si qual seria a vencedora da disputa e superfaturavam o valor da obra. Parte do dinheiro era desviado para pagar propina a antigos executivos que, em troca, aprovavam os contratos com irregularidades.

O esquema envolveu grandes projetos, como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro). O custo da corrupção para a Petrobras foi alto. Após a revelação do caso, a companhia teve quatro anos seguidos de perdas, foi obrigada a rever projetos e fechou, no ano passado, um acordo bilionário de US\$2,95 bilhões com investidores nos Estados Unidos. Na Justiça, a estatal argumentou ter sido vítima da ação orquestrada de ex-empregados e defendeu que deveria ser ressarcida pelas perdas. Os efeitos na economia causados pela crise se multiplicaram: fornecedores fecharam as portas, encomendas ao setor naval foram canceladas, com impacto no total de desempregados.

Nas cidades dependentes de grandes projetos interrompidos, como Itaboraí, o cenário durante essa fase era de corte de vagas e aumento do número de escritórios, lojas e hotéis vazios. Combinado a um cenário, na época, de queda no preço do petróleo, o Estado do Rio foi o mais afetado. A crise trouxe à tona o debate sobre as oportunidades desperdiçadas pelo estado, que não diversificou a economia nem transformou a renda do setor em desenvolvimento econômico e bem-estar social.

SÍNDROME DO NOVO RICO

O uso dos royalties e participações especiais é um retrato das escolhas equivocadas dos gestores públicos. Nos municípios produtores, recursos que pareciam infinitos no auge da produção da Bacia de Campos e dos altos preços do petróleo no mercado internacional foram usados para pagamento do funcionalismo e outras despesas correntes, além de ganhar destinos como uso de porcelanato em calçadas e financiamento de carnaval. E a parte que caberia ao estado já foi empenhada junto ao Rioprevidência: uma arrecadação futura de R\$ 128,5 bilhões, equivalente a 13 vezes o montante recebido em impostos em 2018.

Já em 2012, a consultoria Macroplan fez um levantamento do uso dos recursos dos royalties e mostrou a irresponsabilidade reinante na esmagadora maioria dos municípios. Claudio Porto, que coordenou o estudo, comenta que a experiência das cidades brasileiras mostra que elas não se beneficiaram da riqueza do petróleo. Ao contrário, são marcadas por alto custo de vida, favelização, insegurança, serviços públicos de má qualidade, indicadores sociais sofríveis e grande desperdício de dinheiro público:

— Esses absurdos resultam por um lado de uma mistura de regulação frouxa com fiscalização burocrática e por outro de uma tradição imediatista e assistencialista. Além disso, há a síndrome do novo rico. As corporações políticas, empresariais e funcionais criam aumentos salariais, novos empregos públicos, novos subsídios. Quando o preço do petróleo ou a produção cai, é tarde demais. Em alguns casos, a lição foi aprendida.

Desde a crise da Petrobras, algumas cidades fluminenses investiram na criação de um fundo para poupança de royalties e estabeleceram restrições ao financiamento de despesas de custeio com os recursos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/01/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Leilão na mira de empresas e estados

Com potencial de arrecadação de R\$ 100 bilhões, disputa atrai a atenção de grandes petroleiras. Crise fiscal faz com que governadores cobicem fatia do bônus de assinatura para equilibrar contas públicas

Em fase de recuperação após a crise deflagrada pelos escândalos de corrupção da Lava-Jato, o setor de petróleo voltou suas atenções este ano para o megaleilão do pré-sal, com potencial de arrecadação de até R\$100 bilhões. As

empresas não são as únicas de olho no evento. Em grave crise fiscal, os estados disputam uma parcela do bônus de assinatura bilionário para ajudar a equilibrar as contas. Antes de tomar posse no cargo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com governadores, em novembro último, e se comprometeu a dividir as receitas do megaleilão com estados e municípios.

No mesmo encontro, pediu apoio para a agenda do governo, em especial para a votação da reforma da Previdência. A medida, porém, tem impacto fiscal e não voltou mais a ser discutida. Enquanto o certame não sai do papel, os governadores tentam negociar um alívio no caixa. Chegaram a pedir mudanças no Regime de Recuperação Fiscal para que pudessem ficar até seis anos sem pagar dívidas com a União e receber aval para empréstimos em troca da adoção de medidas de ajuste fiscal. O caminho até a realização do certame e da divisão de receitas, porém, ainda é cheio de dúvidas.

A licitação faz parte do acordo da cessão onerosa do pré-sal entre Petrobras e União. Por meio deste acerto, a estatal adquiriu, em 2010, o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo numa área da Bacia de Santos. O óleo que será leiloado é o que excede a cota adquirida pela Petrobras.

40 NOVAS PLATAFORMAS

O certame, porém, depende da conclusão das negociações entre o governo federal e a estatal, uma discussão que já se arrasta há cinco anos. Neste mês, a Petrobras informou ao mercado que pode receber US\$ 14 bilhões da União, mas a expectativa é que o governo busque reduzir esse valor. —É natural que o acordo seja revisto, pois mudaram as pessoas dos dois lados, mudaram as premissas, tem um novo comando na economia — destacou Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset corretora.

Para Fabrício Dantas, sócio do escritório Vinhas e Redenschi, a distribuição do bônus de assinatura do leilão com os estados é válida diante da situação fiscal, mas o tema pode trazer de volta a discussão sobre redivisão de royalties e participações especiais, hoje centrada em estados produtores. David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), avalia que é justo repartir o bônus de assinatura com os estados como forma de dividir a riqueza do petróleo.

Porém, afirma que é preciso rapidez nesse processo: —Com os campos a 300 quilômetros de distância da costa, mudou a forma de explorar petróleo. É preciso distribuir essa riqueza. Isso não vai afetar a atração de investimentos. Uma empresa contratada pela ANP estimou o volume de petróleo que será leiloado entre cinco bilhões e 15 bilhões de barris. Serão ofertadas quatro áreas na Bacia de Santos no litoral do Rio de Janeiro: Búzios, Itapu, Atapu e Sépia.

— Podemos ter 40 novas plataformas de petróleo com o investimento conjunto da Petrobras e de outras petroleiras nos próximos anos. O excedente da cessão onerosa pode dobrar o volume de reservas provadas no país, hoje de cerca de 12 bilhões de barris —afirmou Magda Chambriard, consultora da Fundação Getulio Vargas (FGV). A exploração destas áreas pode dar novo fôlego a segmentos que foram diretamente afetados pela crise da Petrobras, que resultou em revisão de investimentos, mudança de estratégia e corte de gastos.

Existem ainda mais dois leilões marcados para este ano: um de pós-sal e outro de pré-sal. No setor naval, ao menos 60 mil empregos foram eliminados no período entre 2014 e 2018.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/01/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: O futuro não será só do petróleo

Petroleiras ampliam aposta em fontes renováveis e se preparam para atuar como empresas de energia

Em busca de novas fontes de receita e de olho na economia de baixo carbono, que busca reduzir os impactos sobre o meio ambiente, as principais petroleiras ampliam os investimentos em fontes de energia renovável. Em alguns casos, as empresas pretendem até quadruplicar os recursos para novos projetos a partir da geração solar e eólica nos próximos dez anos.

Estas fontes ganham espaço na esteira do crescimento de carros elétricos e da pressão pela redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. A Petrobras pretende investir US\$ 400 milhões no desenvolvimento de projetos de geração eólica, solar e biomassa, de acordo com seu Plano de Negócios 2019- 2023. Desde a Operação Lava-Jato, a estatal deu início a um processo de venda de ativos e redução de custos para melhorar suas finanças.

A companhia priorizou projetos mais rentáveis do pré-sal e optou por fechar parcerias como forma de dividir custos. Dentro dessa estratégia, passou a investir em projetos de energia renovável em conjunto com outras petroleiras, como Equinor e Total, atenta à perspectiva de um futuro em que o petróleo não será mais o único protagonista. —O ponto central é que as empresas precisam investir na diversificação de suas atividades de produção de energia.

A Petrobras enfrentou uma grave crise econômica e por isso vem destinando seus recursos para onde é possível gerar mais lucro. Mas, ao mesmo tempo, a companhia precisa olhar as fontes renováveis e criar novos projetos. Decidiu

fazer isso por meio de parcerias. É uma estratégia que não pode ficar em segundo plano —destacou o consultor Carlos Amaral Soares.

AUGE DO PETRÓLEO ATÉ 2050

Para executivos e analistas, as companhias estão buscando novas fontes já que o mundo está passando por uma nova transição energética. Em 2027, no Brasil, a expectativa é que as fontes solar e eólica somem 16,8% da matriz, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo José Firmo, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), as expectativas mundiais estimam que entre 2030 e 2050 o mundo chegará ao ápice do consumo de petróleo.

Após essa fase, destacou, o valor de mercado das empresas e os preços do barril tendem a declinar: — O futuro exigirá espaço para todas as fontes de energia, com uma matriz energética composta de várias fontes fósseis e renováveis. Neste mesmo futuro, nossa indústria contribuirá com o aumento da participação do gás natural, combustível que emite menos e certamente será uma das fontes de energia mais importantes neste momento de transição.

As termelétricas a gás são fundamentais para complementar a geração das fontes renováveis, como solar e eólica. Para o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, explorar a riqueza no pré-sal é urgente pois essa receita será fundamental para o desenvolvimento das fontes renováveis e limpas como eólica e solar. —O momento de transformar essa riqueza (pré-sal) em emprego e renda para as pessoas é agora. Se não fizermos isso, vamos perder novamente uma janela de oportunidade, como aconteceu no passado recente, quando ficamos anos sem leilões de petróleo —destacou.

Segundo Guilherme Decaix, sócio da McKinsey & Company, a exploração de petróleo é economicamente viável com o barril a um preço médio de US\$ 65. Ele ressalta que o Brasil tem um custo de produção estimado em US\$ 35 o barril, o que dá competitividade ao pré-sal.

MUDANÇA ATÉ NO NOME

Algumas petroleiras decidiram até trocar de nome como parte da estratégia da construção de imagem de empresas de energia. A norueguesa Statoil passou a se chamar Equinor. A empresa, que vem comprando ativos no Brasil para explorar o pré-sal, pretende elevar investimentos em fontes renováveis em todo o mundo, passando dos atuais US\$ 500 milhões para US\$ 2 bilhões até 2030. No Brasil, a norueguesa acaba de colocar em operação uma usina de energia solar no Ceará.

Além disso, selou um acordo com a Petrobras para desenvolver projetos eólicos em alto mar. — O complexo se soma à nossa carteira no Brasil, país considerado

estratégico para a empresa. Estamos bem adiantados na nossa jornada para nos tornarmos uma empresa de energia integrada, transformando recursos naturais em energia —diz Pal Eitrheim, vice-presidente executivo de Novas Soluções Energéticas na Equinor. Já a Total, que firmou uma joint-venture (parceria) com a Petrobras, quer desenvolver uma carteira de projetos que tenham capacidade instalada de até 500 MW nos próximos cinco anos em energias renováveis.

Ao mesmo tempo, comprou uma parte de campos de petróleo no pré-sal da Bacia de Santos, como a área de Iara e o Campo de Lapa, por US\$ 1,95 bilhão. O presidente da Ocyan, antiga Odebrecht Óleo e Gás, Roberto Simões, avalia que o petróleo ainda vai ser a fonte de energia mais importante na matriz energética mundial por mais algumas décadas. A empresa é operadora de sondas e plataformas, como a que atua no Campo de Mero, na área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos:

—Está longe de o petróleo deixar de ser a fonte principal de energia, mas as petroleiras têm que investir nas fontes de baixo carbono. É importante investir em fontes limpas, mas toda tecnologia tem novos desafios a serem superados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Nelson Sá

Título: Mensagem Argentina

Toda mídia

Com o título "Argentina diante da necessidade de revisar sua relação nuclear com o Brasil", o Clarín publica que, para "vários observadores locais, a realidade política brasileira é de visível militarização do programa nuclear, originalmente dedicado a fins civis, sob condução quase hegemônica da Marinha". A escolha do almirante "encarregado do projeto de submarino nuclear como ministro de energia do governo Bolsonaro suscitou não poucas suspeitas", em meio a "desacordos crescentes". O secretário argentino de Assuntos Estratégicos "levou ao Brasil uma mensagem clara", dias atrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/01/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: José Goldemberg

Título: Aquecimento global e desinformação

Informação é um elemento essencial para a nossa sobrevivência e a tomada de decisões. É por isso que ninguém se lança de um edifício de dez andares, em lugar de descer as escadas, para ganhar tempo: jamais houve uma violação das leis da gravidade. O mesmo acontece com tomadas de decisão. Se uma pessoa deseja viajar de avião para Nova York, ela se informa da hora da partida antes de ir ao aeroporto. Caso contrário, corre o risco de perder o voo. Acontece muitas vezes que a informação não é completa. Nesse caso, o que funciona é saber a probabilidade de ocorrência do evento.

Prever quando vai chover é um exemplo. Desde a mais remota Antiguidade a previsão do tempo foi essencial para saber quando plantar e quando colher, e erros graves nestas previsões – que eram frequentes – tiveram sérias consequências. Nos dias de hoje, com o avanço da tecnologia, as previsões de tempo melhoraram muito e os meteorologistas já são capazes de nos dizer qual a probabilidade de chover amanhã ou no fim de semana, e acertar, na maioria das vezes. O bom senso comum, que nessas áreas é aceito por todos, não existe, contudo, no tocante a outro problema de grande importância, que é o aquecimento do nosso planeta, que está em curso.

A temperatura média já subiu mais de um grau centígrado desde 1800 e provavelmente vai subir mais dois graus até o fim do século 21. A probabilidade de que a principal causa deste aquecimento seja a emissão dos gases resultantes da queima dos combustíveis fósseis, do desmatamento e de atividades agrícolas é muito grande e essa avaliação decorre de inúmeros estudos científicos. As consequências do aquecimento da Terra são muito sérias e já se manifestam, por exemplo, nos desastres climáticos que se estão tornando cada vez mais frequentes.

Para enfrentar o problema a cooperação internacional é essencial, porque as emissões que causam o aquecimento não respeitam fronteiras. A temperatura na China (o país maior emissor mundial) está subindo por causa de suas próprias emissões, mas também das emissões dos Estados Unidos (o segundo emissor mundial) e vice-versa, bem como das emissões de todos os outros países. O Brasil é responsável por cerca de 3% das emissões mundiais. Vários acordos foram tentados – desde a Conferência do Rio sobre Mudanças Climáticas, em 1992 – para dividir as responsabilidades entre as nações, como, por exemplo, atribuir aos países cotas para redução das suas emissões.

Todos fracassaram porque impunham cortes nas emissões aos países industrializados e isentavam os países em desenvolvimento dessas reduções, o que foi considerado inaceitável para os dois grupos. O último deles é o Acordo de Paris, adotado em 2015, em que cada um dos países apresentou voluntariamente as reduções que desejava soberanamente fazer. Os países onde o movimento ambientalista é mais atuante apresentaram compromissos

mais ambiciosos. É o caso dos países da Europa e dos Estados Unidos (sob a presidência de Barack Obama). O Brasil, no governo de Dilma Rousseff também apresentou propostas ambiciosas, que foram objeto de amplo debate promovido pela então ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira.

Essas propostas foram convertidas em lei pelo Congresso Nacional. Ninguém forçou o País a adotá-las. Mais recentemente, o presidente Donald Trump decidiu mudar a posição do seu país, provavelmente para "desconstruir" o legado do presidente Obama, e deixar o Acordo de Paris, que não é mais que a soma dos compromissos voluntários apresentados por cada país. Para não cumprir os compromissos assumidos basta mudá-los unilateralmente, não é preciso "deixá-lo" ou "sair dele", a não ser por motivos políticos.

É curiosa, portanto, a retórica inicial de alguns dos colaboradores do presidente Bolsonaro de seguir os passos do presidente Trump, que agora, ao que parece, está mudando. Ela nos parece simplesmente fruto de desinformação: não existe a menor dúvida de que a temperatura média do planeta está aumentando e a causa principal é a ação do homem. Quem nega isso são leigos que inventam teorias conspiratórias, setores ligados a interesses contrariados de produtores de carvão e petróleo ou simplesmente desinformados.

Existem outras causas para o aquecimento (e até o resfriamento) da Terra – além das emissões de carbono –, como já aconteceu no passado, como a variação da atividade solar, a inclinação do eixo da Terra, erupções vulcânicas, etc. Mas elas foram todas analisadas pelos cientistas: a ação do homem soma-se a esses eventos naturais e está ocorrendo numa velocidade sem precedentes na história geológica da Terra. Questionar a realidade do problema é uma posição obscurantista, como foi a da Igreja Católica no fim da Idade Média ao negar que a Terra gira em torno do Sol.

Os custos necessários para evitar o aquecimento global são elevados – e para muitos governos há tarefas mais urgentes a realizar –, mas esses custos aumentarão muito se nada for feito agora. Existem, portanto, razões econômicas e sociais para não enfrentar de imediato esses problemas, caso da indústria do carvão nos Estados Unidos ou dos protestos contra a adoção de uma taxa sobre as emissões de carbono na França.

O Brasil perdeu protagonismo e prestígio internacional nesta questão ao desistir de sediar a Conferência do Clima em 2019 porque ela se realizará no Chile e nossa capacidade de influir nos resultados vai diminuir com possíveis prejuízos para o nosso próprio país. Mais ainda perder "status" internacional com o argumento de que a conferência teria gastos elevados não é convincente porque o mesmo argumento deveria ter valido para os Jogos Olímpicos que

exigiram a construção de inúmeros estádios a alto custo que estão hoje praticamente ociosos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/01/2019

Seção: Mundo

Autor: Gabriel Bandeira

Título: Carregador sob medida

As baterias grossas e as fiações extensas parecem estar com os dias contados. Uma nova leva de opções de carregamento, mais flexíveis e práticas, promete tomar conta do mercado. Entre as possibilidades, estão os carregadores que funcionam por um sistema sem fio destinados a smartphones. Agora, para facilitar a aplicabilidade dessa tecnologia, pesquisadores da Universidade de Tóquio desenvolveram uma folha, fina e flexível, capaz de carregar, também sem necessidade de fiação, celulares e outros eletrônicos pequenos. O mais curioso, contudo, é que o material foi feito para ser recortado, funcionando em qualquer formato de superfície, seja em um móvel, seja dentro de um casaco.

“O carregamento sem fio é significativamente mais fácil do que o por cabo, já que exige que você coloque apenas os dispositivos elétricos no ponto de carregamento. Essa simplicidade será necessária para a crescente onipresença da tecnologia e da informática no nosso cotidiano porque o número de dispositivos elétricos está aumentando e precisamos reduzir a dificuldade de carregar esses dispositivos”, afirma Ryo Takahashi, aluno de mestrado da universidade japonesa e líder do estudo, publicado, neste mês, na revista *Proceedings of the ACM on Interactive, Mobile, Wearable and Ubiquitous Tech.*

A grande questão levantada pela equipe de Takahashi é a possibilidade de adaptar um carregador a todo tipo de superfície. Para isso, criaram um filme de plástico — com 5,7mm de finura e 400x 400 mm de área total — que fornece entre 2 e 5 watts. Ele utiliza o mesmo sistema de outros dispositivos sem fio, fornecendo energia a eletrônicos a partir de ondas eletromagnéticas geradas por correntes elétricas em seu interior.

A disposição do circuito elétrico da folha, em especial das bobinas, de onde partem as ondas eletromagnéticas que energizam o aparelho, foi essencial para obter sucesso na produção do filme plástico. O sistema é formado por um ponto central que, carregado por uma fonte de energia externa, distribui toda a carga por todas as bobinas do circuito. Essas peças, por sua vez, foram dispostas em uma árvore em H para evitar que, depois do corte, a folha parasse de funcionar.

Mesmo destacado em um novo formato, o fino acessório continua contendo bobinas inteiras para transmitir as ondas eletromagnéticas. “A fiação da árvore H é o que torna os transmissores funcionais. Os fios se estendem do centro até as bordas, o que dá mais opções para corte. Mas existem algumas limitações: cortar conectores centrais ou toda a conexão das bobinas com os conectores centrais não é permitido”, explica Takahashi.

Sem interferência

O design inovador da peça não se restringe apenas à disposição dos transmissores de energia no circuito. Ela também consegue alimentar um dispositivo em toda a sua extensão. Para atingir esse resultado, os pesquisadores precisaram dispôr bobinas por todo o filme plástico, o que, no momento de carregar um eletrônico, poderia gerar alta interferência interna no sistema, com tantas ondas eletromagnéticas enviadas ao mesmo tempo.

A fim de evitar perda de eficiência durante o carregamento, a equipe optou por um sistema de alternância de envios de carga, como explica José Carlos de Melo, professor do Departamento de Engenharia Elétrica e Computação da Universidade de São Paulo (SEL/USP). “Uma das principais vantagens do sistema são os transmissores que só ligam e energizam a área em que tem um aparelho presente. Assim, evita-se que todas as bobinas sejam acionadas, reduzindo a eficiência do sistema.”

Segundo o especialista brasileiro, o mecanismo de alternância também se ajusta perfeitamente à possibilidade de carregar mais de um aparelho na mesma superfície. “As bobinas sob um eletrônico enviam energia em um momento e, depois, as que estão sob outro aparelho fazem o mesmo. Desse jeito, cada dispositivo recebe uma pequena porção de carga, um de cada vez, para que os campos magnéticos das bobinas mais próximas não se atrapalhem e dificultem o processo”, detalha José Carlos de Melo. O controle do acionamento ordenado das bobinas é feito pelo conector central do circuito.

Indução

Em 1820, o físico Hans Cristian Oersted constatou que, quando uma corrente elétrica passa por um fio, um campo eletromagnético é formado. Dessa forma, quanto maior a corrente, maior o campo. No caso dos carregadores sem fio, a base de carregamento conta com rolos de arame, as bobinas, por onde passa a corrente elétrica que gera o campo eletromagnético. A variação desse campo induz, em aparelhos com bobinas compatíveis, uma força eletromotriz, carregando a bateria do eletrônico sem necessidade de contato por fiação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/01/2019****Seção: Opinião****Autor: Gillian Tett****Título: As obsessões de Davos com clima**

Quais são os maiores riscos que ameaçam o mundo hoje? Um cínico poderia reclamar que a lista é tão deprimentemente longa que sequer faz sentido tentar escolher: populismo, ciberataques, guerras comerciais, choques climáticos e endividamento mundial estão todos em ascensão.

No entanto, durante os últimos dez anos o Fórum Econômico Mundial (FEM) pediu a seus membros que fizessem uma classificação de suas preocupações em termos de probabilidade e de impacto, antes de sua reunião anual em Davos. E, embora essa pesquisa seja limitada em termos de âmbito - os membros do FEM provêm, naturalmente, da elite mundial de executivos corporativos, autoridades governamentais, ativistas de ONGs e da mídia --, os resultados, mesmo assim, dão o que pensar.

A "lista de preocupações" deste ano está dominada por preocupações com a mudança climática: os participantes da reunião de Davos aparentemente temem que episódios climáticos extremos estejam ficando mais comuns, e que o mundo não disponha de qualquer mecanismo eficaz para reagir. Questões climáticas respondem por três em cada cinco riscos considerados mais passíveis de se concretizar em 2019 - e por quatro dos cinco riscos mais citados como capazes de causar o maior dano. Os únicos outros tópicos citados são armas de destruição em massa e riscos ligados ao espaço virtual.

As declarações dos ex-presidentes do Fed sobre riscos climáticos apontam para uma tendência potencial maior para 2019. Esperemos que isso desencadeie mais medidas tangíveis do que as que vimos no cenário da reforma financeira dez anos atrás

Isso pode parecer trivial. Afinal, a pesquisa foi realizada no quarto trimestre de 2018, um ano marcado por acontecimentos climáticos extremos, que, pelo que está ficando claro, estão prejudicando os resultados de algumas empresas. A Pacific Gas and Electric é apenas o último exemplo disso - além de uma advertência.

Mas o que é mais impressionante é como essa lista de preocupações mudou desde que o Fórum começou sua pesquisa. Dez anos atrás, o que preocupava os participantes da reunião de Davos era a economia e o sistema financeiro. Quando perguntados sobre quais perigos eram os mais tendentes a se

concretizar, eles citavam "o colapso dos preços dos ativos" e a "desaceleração da economia chinesa" em primeiro lugar. E os riscos percebidos como causadores dos maiores prejuízos eram "o colapso dos preços dos ativos", o "recuo da globalização", "a alta do preço do petróleo e do gás" e "as crises fiscais". O único problema não financeiro citado era "a pandemia". O meio ambiente não foi mencionado nenhuma vez.

Essas questões econômicas continuaram a dominar nos anos seguintes. Mas em 2015 o risco de agitação social e de conflitos intergovernamentais (ou seja, guerra) subiram repentinamente na lista de preocupações, desbancando, em parte, preocupações de ordem econômica. Depois, em 2018, questões de mudança climática e problemas do espaço virtual passaram, de repente, a dominar. E neste ano a oscilação foi além - tanto que os problemas econômicos não chegam sequer a figurar entre os cinco maiores. Em outras palavras: dez anos atrás a elite do Fórum estava aparentemente tão obcecada pelo medo de o sistema financeiro entrar em colapso que não teve tempo para se preocupar com o meio ambiente. Agora está tão alarmada com o colapso do planeta e/ou da internet que os riscos econômicos são menos importantes.

Qual é o recado que os investidores (ou os formuladores de políticas públicas) deveriam extrair disso? Um otimista poderia argumentar que a mudança reflete o progresso das políticas de governo. Afinal, os governos ocidentais estabilizaram o sistema financeiro desde a crise, ao obrigar os bancos a expandir suas reservas de capital, e o crescimento mundial vem se mostrando surpreendentemente estável - pelo menos até agora.

Já um pessimista poderá apontar para outra interpretação, igualmente plausível: os participantes da reunião de Davos se deixam distrair facilmente.

Sim, eles conseguem vislumbrar perigos pouco antes de eles se concretizarem, e se preocupar com eles quando são visíveis. Mas são capazes também de ostentar um perigoso excesso de autoconfiança com relação a outras questões. Assim, para mim, o fato de que a elite mundial não está preocupada com o risco financeiro, as perspectivas de crescimento ou os crescentes níveis de endividamento é um sinal de que os investidores deveriam despertar para essas questões.

Talvez a conclusão mais prática da pesquisa é o fato de ela sinalizar qual poderá ser o próximo ponto de intensificação da ação de política pública. Pense nisso. A explosão de preocupação sobre o sistema financeiro em 2008 levou a uma reforma financeira significativa. O crescente temor em torno da migração em 2016 desencadeou uma reação política. Receios de ataque cibernético subiram na lista no momento em que o setor de cibersegurança entrou em surto de crescimento.

Com base nisso, a principal conclusão da lista dos participantes da reunião de Davos pode ser a de que os investidores deveriam preconizar, atualmente, mais medidas climáticas. Isso pode parecer difícil de acreditar se você estiver observando os movimentos do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, neste momento. Mas, no mínimo, Trump sem querer concentrou as opiniões entre seus adversários.

Ou, em outros termos, as declarações dos ex-presidentes do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) e de vários laureados com o Prêmio Nobel sobre riscos climáticos publicadas no "Wall Street Journal" na última quarta-feira apontam para uma tendência (e um tema) potencial maior para 2019.

Esperemos que ela desencadeie ainda mais medidas tangíveis do que as que vimos no cenário da reforma financeira dez anos atrás - e que sejam mais eficazes. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Gillian Tett é articulista do FT

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras terá ano de definições

O ano de 2019 promete ser de muitas definições para a Petrobras. O novo presidente da companhia, Roberto Castello Branco, terá de lidar nos próximos meses com pautas importantes para o futuro da estatal. Cessão onerosa, abertura do refino e a decisão sobre continuar ou não no setor de petroquímica são alguns dos assuntos da agenda da empresa no ano.

Um dos temas mais aguardados do ano envolve a conclusão do acordo com a União para revisão do contrato da cessão onerosa - que cedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte da operação que elevou a participação da União no capital da empresa em 2010. O Santander vê o acordo como um elemento "catalisador" para a Petrobras em 2019 e acredita ser possível chegar a uma relação "ganha-ganha" entre as partes.

Isso porque o acordo poderá representar a entrada de bilhões de reais no caixa da petroleira, ao mesmo tempo em que destravaria o leilão dos excedentes da cessão onerosa - volumes de óleo descobertos pela estatal e que excedem os 5 bilhões de barris aos quais ela tem direito de produzir.

"Um dos objetivos do recém-eleito governo brasileiro [de Jair Bolsonaro] é reduzir o déficit fiscal e uma iniciativa que ajudaria nessa frente seria o leilão

dos excedentes da cessão onerosa", cita o relatório assinado pelos analistas Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida.

O Santander estima que a Petrobras tenha a receber entre US\$ 8 bilhões e US\$ 12 bilhões da União. O **Valor** apurou que, num dos cenários discutidos com o governo, a estatal tem a receber cerca de US\$ 14 bilhões, mais o ressarcimento de até US\$ 10 bilhões pelos investimentos já feitos nas áreas que eventualmente sejam licitadas no leilão dos excedentes. Os números, contudo, ainda são alvo de embates dentro do governo. Diante do esforço para ajustar as contas públicas, a equipe econômica do ministro Paulo Guedes busca reduzir ao máximo o valor a pagar.

"A cessão onerosa é o assunto de 2019. Com esse assunto pendente, o ano ainda não começou para a Petrobras. Trata-se de um valor relevante que pode permitir uma revisão do atual plano de negócios da empresa, para que ele incorpore mais [investimentos no] pré-sal", comenta a coordenadora de pesquisa da FGV Energia, Fernanda Delgado.

O plano de negócios da empresa prevê investimentos de US\$ 84,1 bilhões entre 2019 e 2023 e metas de vendas de ativos de US\$ 26,9 bilhões no período. A expectativa é que o ano seja marcado por importantes decisões de desinvestimentos, dentre as quais vender ou não sua fatia na Braskem (onde a estatal é sócia da Odebrecht).

A Petrobras ainda aguarda os avanços das negociações entre a Odebrecht e a holandesa LyondellBasell para avaliar se acompanhará ou não o movimento de sua sócia de vender o ativo. Em 2017, a estatal anunciou que sairia integralmente do negócio de petroquímica, mas recentemente voltou atrás, ao incorporar a área como atividade integrada ao refino dentro de seu novo plano de negócios.

Caberá à nova gestão da Petrobras definir os próximos passos. Ao tomar posse, Castello Branco anunciou que espera rever o atual plano de negócios "o mais rapidamente possível" e que pode vir a fazer "ajustes marginais", mas ainda não deu detalhes sobre o segmento petroquímico.

O ano começa também com a expectativa de retomada de desinvestimentos importantes, como o das refinarias e da Transportadora Associada de Gás (TAG). Essas negociações estavam suspensas desde meados de 2018, mas a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibia a venda de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso foi derrubada. Foi em parte por causa dessa liminar que a petroleira não conseguiu atingir a sua meta de desinvestimentos de 2017/2018, de US\$ 21 bilhões.

O ano de 2019 será um ano crítico também para a negociação dos campos terrestres e em águas rasas. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) decidiu pressionar para que a estatal acelere as negociações, já que os desinvestimentos estão abertos desde 2016. O órgão regulador definiu um prazo até junho para que a estatal conclua as negociações em curso. A petroleira pediu a postergação do prazo e a agência ainda analisa o pleito.

"Os desinvestimentos estavam sendo conduzidos ao bel prazer da Petrobras, seguindo os interesses da Petrobras, no tempo da Petrobras. Isso é legítimo, mas agora não é mais a Petrobras que define prazo para a venda", disse recentemente o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

O ano deverá ser marcado também por um salto de 13% na produção de petróleo, para níveis recordes de 2,3 milhões de barris/dia no Brasil. Esse crescimento, puxado pela entrada de quatro novas plataformas, no entanto, deve se dar num ambiente mais desafiador do ponto de vista dos preços internacionais. Segundo as projeções da agência de Administração de Informações de Energia dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês), o preço médio do Brent deve fechar 2019 a US\$ 60,5 o barril, abaixo dos US\$ 71 de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Na pauta da estatal, e sob pressão do Cade, abertura do refino pode avançar

Uma das definições mais aguardadas no setor de óleo e gás em 2019 diz respeito à abertura do mercado de refino. O novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já deu sinais de que pretende avançar com a venda das refinarias da estatal, ao mesmo tempo em que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) investiga um eventual abuso de poder dominante da companhia no setor.

Castello Branco já disse que analisará quais ativos de logística e de refino serão objeto de desinvestimentos. "No futuro próximo não estaremos sozinhos na indústria do refino", afirmou, na sua posse.

Para a diretoria de refino e gás da petroleira, o executivo indicou Anelise Lara, ex-gerente executiva de aquisições e desinvestimentos e que nos últimos dois

anos trabalhou na estruturação e execução de venda de ativos dentro da companhia. Para a pesquisadora da FGV Energia, Fernanda Delgado, a expectativa é que as negociações possam ser, enfim, destravadas.

Na semana passada, a empresa anunciou a retomada do processo de desinvestimentos de suas refinarias, após a queda da liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibia a venda do controle de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso.

Em 2018, a Petrobras anunciou a intenção de vender uma fatia de 60% dos polos das regiões Sul e Nordeste, contendo duas refinarias cada. A alienação representaria a venda de 40% da capacidade de refino do Brasil. Hoje, a estatal concentra 98% dessa capacidade.

O formato de desinvestimento anunciado pela Petrobras, no entanto, é contestado pelo Cade. Segundo nota técnica do Departamento de Estudos Econômicos do órgão antitruste, alienação parcial desses ativos não criaria um "ambiente concorrencial vigoroso".

A nota sugeriu que a estatal saísse integralmente das refinarias colocadas à venda e fizesse também algum tipo de desinvestimento no Sudeste. O posicionamento é preliminar e não tem força legal, mas nada impede que o inquérito aberto pelo Cade avance e, no futuro, obrigue a Petrobras a abrir mão de fatias maiores do mercado.

"A Petrobras está falando em vender [as quatro refinarias] dentro do interesse [empresarial] dela. Isso é legítimo, mas temos que olhar qual o melhor processo de desinvestimento pelo lado do regulador e do antitruste", disse o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, sobre o inquérito do Cade.

A nota técnica indica ainda que é importante vender as refinarias para agentes diferentes, ao invés de se criar um "quase-monopólios regionais". O sócio do Boston Consulting Group, André Pinto, destaca, no entanto, que qualquer refinaria é uma espécie de monopólio natural no mercado onde ela está localizada. Ele acredita que a venda de refinarias nos moldes propostos pela Petrobras, dividida em clusters, tende a criar um ambiente mais competitivo no futuro.

"As refinarias de São Paulo têm poder pra atacar o Sul e vice versa. A competição vai aumentar nas fronteiras", avalia.

O BCG defende que a criação de um mercado competitivo no Brasil passa por esforços coordenados que envolvem não só a abertura do refino, como também o combate a práticas desleais de concorrência (como sonegação fiscal); uma eficiência setorial maior (sobretudo em relação ao transporte dos derivados, focado na malha rodoviária); a remoção de barreiras regulatórias; e a expansão e acesso efetivo à logística primária.

"Não há uma bala de prata para resolver ou melhorar esse setor", disse Pinto. Para ele, a abertura do refino é o principal "gatilho" para a "transformação real" do mercado de combustíveis. "Aquilo que vai criar uma descontinuidade no mercado é a abertura do refino", afirmou.

O sócio do BCG acredita que a proposta da Petrobras para venda de quatro refinarias é "compatível com o mínimo necessário" para a abertura do setor. Ele defende, no entanto, que os dois polos sejam vendidos para empresas diferentes. "Trazer mais dois [refinadores] é o mínimo", afirma.

Pinto acredita que a abertura do setor se dará em etapas. Nas primeiras vendas, o receio dos investidores quanto a uma eventual influência do governo nos preços tende a se reduzir os valores pagos pelos ativos. "Com a abertura do mercado, vai ser extremamente difícil e caro ela [a Petrobras] praticar preços abaixo da paridade. Isso dificulta a influência do acionista controlador... E aí vai haver um salto de confiança no setor", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Bom momento das elétricas impulsiona ações

As companhias de energia listadas na B3 acumulam alta de mais de 25% desde o início de outubro de 2018, mas há espaço para novas valorizações, ainda que as taxas de retorno estejam mais apertadas, avalia Maria Carolina Carneiro, analista do Credit Suisse, em entrevista ao **Valor**.

Desde 5 de outubro, antes do primeiro turno das eleições, o Índice de Energia Elétrica (IEE) da B3, composto por 20 empresas do setor, acumula alta de 27,66%, considerando o fechamento de sexta-feira. Para a especialista, grande parte da alta registrada até o momento reflete aquisições, perspectivas de privatizações e também a redução das taxas de juros (que deixa ainda mais atrativas as companhias de energia, tradicionais boas pagadoras de dividendos).

O cenário atual, contudo, ainda não incorporou totalmente o incremento na base de ativos regulatório das companhias, nem futuras aquisições e investimentos previstos em leilões. "Houve motivo para justificar a performance boa das elétricas, e ainda teremos mais leilões, mais vendas de ativos", lembrou a analista.

A relação entre valor de mercado e Ebitda estava entre 6,5 vezes e 7 vezes para as empresas do setor no ano passado, e agora estão entre 7 vezes e 7,5 vezes, segundo a analista do Credit Suisse. Como o Ebitda das companhias também vai avançar, o múltiplo deve ser puxado para baixo, abrindo espaço para novas valorizações.

Considerando o múltiplo que compara valor de mercado com a base de ativos regulatórios (EV/RAB), muito utilizado para avaliar ativos do setor elétrico, o cenário é parecido. Como as companhias fizeram aquisições, a RAB também sobe, reduzindo o múltiplo mesmo com o incremento do valor de mercado.

Energisa e Equatorial são destaques nesse sentido. Ambas fizeram aquisições relevantes em 2018 e tiveram forte valorização desde então. Na semana passada, o Credit Suisse publicou relatório elevando o preço-alvo das units da Energisa para R\$ 45,96, reiterando a recomendação de compra, refletindo as aquisições das distribuidoras Ceron (Rondônia) e Eletroacre, além de algumas novas linhas de transmissão arrematadas em leilões. No caso da Equatorial, o preço subiu para R\$ 91,84, com recomendação de compra, devido às aquisições das distribuidoras Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas) e da transmissora Intesa.

"Hoje os retornos são mais apertados, mas ainda há espaço para novas altas", disse Maria Carolina.

Segundo a analista, 2018 foi marcado pelos investimentos crescentes de várias elétricas em aquisições e novos investimentos. Engie, Taesa, Equatorial, Energisa e Cteep tiveram destaque em leilões, incrementando sua base de ativos - o que tem reflexo no preço. "O cenário continua pois o mercado espera um 2019 melhor, com inflação menor", disse a analista.

No caso das companhias que atuam com distribuição de energia, a evolução do mercado está diretamente atrelada ao PIB, e o otimismo com o desempenho da economia neste ano também influencia esses papéis. O Credit Suisse trabalha com crescimento do PIB de 2,5% a 3% neste ano.

Outro motivo que impulsionou a alta foi a perspectiva de novas privatizações. "Há muitas estatais com gestão complicada, mas novos governadores têm declarado interesse em, no mínimo, avaliar a possibilidade de privatizar", disse a analista.

As ações preferenciais da Cemig acumulavam alta de 60,46% até o fechamento de sexta-feira, quando atingiram R\$ 13,88. As preferenciais classe B (PNB) da Eletrobras, por sua vez, subiram 57,85%, para R\$ 35,69. No mesmo embalo seguiu a PNB da Copel, com ganho de 37,07%, a R\$ 32,76 - ainda que o novo governo do Paraná tenha declarado que não pretende privatizar a elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De Serra (ES)

Título: ArcelorMittal vai usar água dessalinizada

A ArcelorMittal anunciou na sexta-feira o lançamento do primeiro grande projeto de dessalinização do país, com a construção de uma unidade para atender a ArcelorMittal Tubarão, divisão de aços planos no Espírito Santo. A iniciativa é a primeira do grupo em todo o mundo. Segundo a empresa, serão investidos R\$ 50 milhões no projeto, que terá capacidade de produzir até 500 m³ de água dessalinizada por hora. Isso é suficiente para abastecer 80 mil pessoas. A água será usada na refrigeração e na produção de água desmineralizada, utilizadas nos processos de produção de aço.

De acordo com Benjamin Baptista Filho, presidente da ArcelorMittal Aços Planos América do Sul, a ideia foi uma das soluções pensadas a partir de 2014, quando a companhia foi atingida pela necessidade de racionamento de água na Grande Vitória. A ArcelorMittal Tubarão é a maior consumidora industrial de água da região.

Até o racionamento, toda a água doce utilizada pela empresa era comprada bruta da Cesan, estatal de saneamento capixaba, e depois passava pela estação de tratamento da ArcelorMittal, que a preparava para vários usos.

O único projeto semelhante da ArcelorMittal é em Gent, na Bélgica, com dessalinização de água salobra, resultante do encontro de rio e mar. A unidade capixaba será a primeira a dessalinizar água do mar. Em capacidade, o projeto é 10 vezes maior que o aplicado em Fernando de Noronha, principal unidade dessalinizadora do país atualmente.

Atualmente, o processo encontra-se em fase de escolha do grupo responsável pela construção da dessalinizadora. A empresa não abre nomes, mas recebeu seis propostas firmes, de grupos com experiência em países como Estados Unidos, Israel, Espanha e Austrália. Agora começa a fase de negociação comercial, que deve demorar dois meses. Até o meio do ano devem ser

conseguidas as licenças ambientais. A intenção é iniciar o funcionamento em 2021.

A companhia, entretanto, não deve deixar de consumir a água da Cesan, utilizando mais a dessalinização em períodos de escassez. "Toda experiência que tivemos com especialistas no período é de que há probabilidade de enfrentarmos eventos semelhantes (de racionamento) no futuro", afirmou Baptista.

Com relação a possíveis investimentos, apesar de estar operando perto da sua capacidade máxima atual, a ArcelorMittal não vê necessidade ampliação ou ajuste nas linhas de produção no momento. A unidade Tubarão é responsável por fazer placas de aço e laminados a quente. Para a produção específica de laminados a quente, não crê que o país precisará de nova linha até 2027 ou 2028.

"Estamos olhando para a frente, dentro de um plano de longo prazo. O Brasil precisará de um laminador a quente em 2027, 2028 e para começar isso são quatro anos antes", afirmou Baptista.

Segundo ele, para iniciar a produção de laminados a quente na unidade Tubarão, o investimento necessário seria menor do que a maioria dos concorrentes, uma vez que a companhia já tem produção significativa de placas de aço. "Somos uma das poucas empresas que tem condições de ampliar a produção de acabados. Até 2030 temos condições de colocar novos equipamentos", afirmou Baptista em entrevista coletiva.

O atual limite de capacidade da usina de Tubarão é de 7,5 milhões de toneladas de aço e a intenção é de, com pequenos ajustes de eficiência, elevar esse patamar a 7,7 milhões de toneladas. "No ano passado ficamos em pouco mais de 7 milhões, em 2017 chegamos a 7,2 milhões de toneladas", disse o executivo. "Estamos avaliando que o mercado vai crescer não só para laminado a quente, mas não temos mais o que fazer para ampliar a capacidade da unidade Santa Catarina, então teremos que fazer aqui."

No ano passado, a companhia anunciou investimento de US\$ 330 milhões na linha de galvanizados de São Francisco do Sul (SC).

Sobre as perspectivas da economia do país, a empresa se diz otimista, principalmente em relação à produção automotiva. A companhia também tem muita expectativa para uma retomada do setor da construção civil.

Quanto às restrições de exportação recentemente aplicadas ao aço brasileiro, a avaliação é da empresa é que ela não é afetada. "Só exportamos semiacabados.

Vendemos para Estados Unidos, Canadá e Europa, e semiacabado ficou fora", completou Baptista.

Repórter viajou a convite da siderúrgica

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Venda de negócio nos EUA rende R\$ 500 mi à Votorantim

Em sequência a sua estratégia de ajuste no portfólio de ativos e foco em negócios com menos exposição a mercados globais, como o de commodities, a Votorantim encerrou 2018 com a venda da U.S. Zinc, uma fabricante especializada em produtos reciclados de zinco, como óxido, sediada nos EUA. O valor da operação, fechada com o fundo de private equity Arterian Investment Partners, segundo apurou o **Valor**, foi da ordem de R\$ 500 milhões.

No ano passado, o grupo da família Ermírio de Moraes conseguiu concluir a venda da Votorantim Siderurgia para ArcelorMittal, recebendo a aprovação final do Cade (órgão antitruste) e saindo da produção de aço no Brasil. Também se desfez do controle da fabricante de celulose Fibria, vendendo sua fatia de quase 30% ao grupo Suzano, em uma operação de quase R\$ 11 bilhões (dinheiro e ações). Em ambas as transações, manteve-se como minoritária.

Ao mesmo tempo, a companhia avançou em novo negócio e adquiriu o controle da geradora de energia paulista Cesp, em um leilão público onde surgiu como único interessado, junto com seu sócio, o fundo CPPIB, do Canadá, numa operação de R\$ 1,7 bilhão.

A U.S. Zinc foi herdada pela holding Votorantim S.A. em meados de 2016, dentro do processo de abertura de capital da ex- Votorantim Metais nas bolsas de Nova York e Toronto. Conforme explicação do grupo, a recicladora de produtos de zinco americana estava fora da estratégia desenhada para a empresa a ser listada, que passou a se chamar Nexa Resources.

O foco da Nexa passou a ser mineração e refino de zinco, cobre e chumbo. Por isso, as divisões de alumínio e níquel do grupo foram também desmembradas na mesma época e concentradas na CBA (Cia. Brasileira de Alumínio), que foi

reorganizada, com novo status. As ações da Nexa começaram a ser negociadas nas duas bolsas em outubro de 2017.

A U.S. Zinc, desde 8 de janeiro sob o controle do Arterian, tem sede em Houston, no Texas, e opera cinco unidades fabris - quatro nos Estados Unidos e uma na China, voltada para atendimento do mercado local de óxido de zinco. A recicladora foi adquirida pela ex-VM em fins de 2007 e tinha como objetivo a expansão da Votorantim no setor de zinco, buscando, inclusive, tecnologia para reciclar material contendo zinco. Pertencia à Aleris International, companhia especializada na reciclagem de metais de alumínio.

A Votorantim confirmou a negociação do ativo americano, mas evitou falar sobre o valor da transação por questão de acordo com o comprador. Destacou que o ativo deixou de fazer parte da estratégia de negócio da ex-VM e também da própria Votorantim. As negociações tiveram um processo competitivo e o acordo com o Arterian obteve todas as aprovações no prazo de dois meses.

Conforme comunicado do Arterian, a U.S. Zinc é uma companhia líder global no mercado de óxidos e pó de zinco, metal e produtos especiais (alto grau) aplicados nas indústrias de pneus (vulcanização), química, tintas (revestimentos) e agricultura. Usa como matérias-primas uma grande variedade de resíduos e escórias geradas por empresas siderúrgicas e galvanizadores.

Segundo informação obtida pelo **Valor**, trata-se de uma empresa redonda, financeiramente. Com uma receita anual na casa de US\$ 300 milhões, é lucrativa. Fundada em 1949, a recicladora é líder mundial na produção de óxido de zinco, com unidades fabris em Millington e Clarksville, no Estado de Tennessee (EUA), e em Changshu, China, a 100 km de Xangai. A empresa tem duas outras unidades de reciclagem de materiais de zinco.

Para a Arterian, conforme o comunicado, a U.S. Zinc complementa investimentos em outras companhias industriais, nas quais poderá apoiar planos de crescimento estratégico. O fundo de private equity investe em empresas com receita anual entre US\$ 25 milhões e US\$ 500 milhões. Entre os negócios fechados em 2018 estão Pioneer Metal, Path, Xpress Global Systems, Albany Industries e Vander-Bend Manufactures.

MME / ASCOM .